

# Mogno: corte permitido só em áreas especiais

*Para explorar a madeira, será necessário ter projeto aprovado pelo Ibama*

SANDRA SATO

**B**RASÍLIA – A exploração de mogno, proibida desde 2001 no País, voltará a ser permitida a partir de julho, mas exclusivamente em áreas com projeto de manejo aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para comercializar o mogno no Brasil e no exterior, será indispensável a comprovação de que a madeira saiu dessas áreas.

As mudanças constam de decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinado antontem, que ainda suspende por cinco anos o corte de mogno em áreas onde o Ibama já autorizou o desmatamento. O empreendedor está liberado para retirar outras espécies do local, mas não poderá cortar mogno até 2008.

O governo também modificará a fiscalização. O secretário de Biodiversidade e Florestas, João Paulo Capobianco, explicou que o transporte das toras de mogno das áreas de manejo até o destino final será monitorada via satélite, a exemplo do rastreamento feito com caminhões para evitar o roubo de carga. “O controle será em tempo real.”

O monitoramento por satélite substituirá a Autorização para Transporte de Produtos Florestais um documento impresso emitido pelo Ibama para que o madeireiro possa transportar madeira das áreas autorizadas que chegou a ser usado para “esquentar” mogno ilegal, mesmo durante a vigência da moratória.

O secretário garante que, agora, a fiscalização será mais “efi-

ciente e inteligente”. Além da ajuda de satélites, aumentará o controle nos pontos de comercialização e processamento da madeira. A avaliação do atual governo é de que a moratória do mogno, que tem alto valor comercial, acabou “estimulando o uso predatório” da floresta.

**Adaptação** – Com as novas regras, o governo espera convencer os produtores que estavam à margem da ilegalidade a desenvolver a atividade de forma sustentável. Até porque a partir de novembro os madeireiros só conseguiriam exportar mogno de origem comprovada, exigência da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (Cites), que incluiu a espécie no Anexo II, aumentando o controle sobre a exploração. O Cites é um acordo entre 160 países.

Capobianco estima que, no início de 2004, as primeiras toras de mogno certificadas estarão no mercado. Em julho, vence a moratória de exploração do mogno. Até lá, o governo espera concluir a regulamentação para os projetos de manejo. Então, haverá um

prazo para a adaptação do setor. O proprietário precisará apresentar ao Ibama inventário florestal, com os estoques de madeira e as áreas onde realizará o manejo.

O decreto prevê ainda que a madeira retirada ilegalmente seja doada a organizações não-governamentais e o dinheiro investido em projetos sociais. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou ontem que a primeira partida de mogno ilegal – 14.500 metros cúbicos – será doada à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. “Esse mogno está avaliado em US\$ 2 milhões e o emprego do dinheiro será acompanhado pelo Ministério Público Federal e pelo governo”, afirmou.

**T**RANSPORTE  
DE TORAS  
TAMBÉM SERÁ  
CONTROLADO

INSTITUTO  
SOCIOAMBIENTAL  
Documentação  
Fonte: OESP (Geral)  
Data: 7/6/2003 Pg: A18  
Class.: 011